CONTRATO N.° 091/2026

CONTRATO que entre si celebram, de um lado, o Município de Pinhal Grande/RS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Integração, 2691, inscrito no CNPJ/MF sob n° 94.444.346/0001-22, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Lucas Michelon, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **MARCOS ANTONIO MARION**, inscrita no CNPJ n° **95.106.381/0001-02**, com sede na Rua Barrão do Rio branco, n° 755, Bairro Limeira, município de Pinhal Grande/RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, conforme **Processo Administrativo n° 095/2026** e **Dispensa de Licitação n° 046/2026**, e em conformidade com a Lei Federal n° 14.133/2021 e alteração posterior, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo **CONTRATANTE** através de Dispensa de Licitação n° 046/2026 e na proposta vencedora da empresa **MARCOS ANTONIO MARION**, inscrita no CNPJ n° **95.106.381/0001-02**, que reger-se-á pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal n.° 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

Contratação de empresa para o fornecimento de lixeiras metálicas destinadas à instalação em áreas públicas do Município de Pinhal Grande/RS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Lixeiras Metálicas 150 X 60 cm com tampa	UN	17	R$1.300,00	R$22.100,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, do dia **02 de setembro de 2026 até 02 de setembro de 2027**, podendo ser prorrogado a critério da Administração, nos termos dos art. 105 e 106, da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, mediante termo aditivo, desde que comprovada à conveniência e a oportunidade, respeitados os limites legais.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR:

4.1. O valor total da contratação fica fixado em **R$ 22.100,00** (vinte e dois mil e cem reais).

CLÁUSULA QUINTA – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendido decorrerá da dotação orçamentária conforme classificação abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DA OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

06.03.15.452.0012.2034 – Manutenção de Serviços de Limpeza Pública.

3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO:

6.1. O fornecimento será realizado em parcela única, conforme as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.2. A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho e/ou da Autorização de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE, em local previamente indicado pela Administração Municipal de Pinhal Grande/RS.

6.3. O transporte, carga, descarga, frete, seguro e quaisquer outras despesas necessárias ao fornecimento do objeto serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional ao Município.

6.4. A instalação das lixeiras nos locais definidos pela Administração Municipal será de responsabilidade do Município, não integrando o objeto desta contratação.

6.5. As lixeiras metálicas deverão ser entregues novas, sem uso, em perfeitas condições de conservação, funcionamento e acabamento, em estrita conformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

6.6. O recebimento será realizado por servidor designado pela Administração, que procederá à conferência quantitativa e qualitativa dos itens, podendo recusar o recebimento, total ou parcialmente, caso sejam constatadas avarias, defeitos de fabricação, desconformidade com as especificações técnicas ou qualquer outra irregularidade.

6.7. Na hipótese de recusa do objeto, a CONTRATADA deverá promover a substituição das lixeiras no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sem quaisquer ônus para a Administração Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA E DAS CONDIÇÕES DO OBJETO:

7.1. As lixeiras metálicas deverão ser fornecidas novas, sem uso, fabricadas com materiais de primeira qualidade, isentas de defeitos de fabricação, corrosão, trincas, deformações, soldas inadequadas ou quaisquer vícios que comprometam sua resistência, durabilidade ou utilização.

7.2. A CONTRATADA deverá garantir as lixeiras metálicas pelo prazo mínimo de **12 (doze) meses**, contados da data do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação, falhas de soldagem, desprendimento ou deterioração da pintura, corrosão prematura e quaisquer outros vícios que comprometam a qualidade, a resistência, a durabilidade ou o regular funcionamento do objeto, obrigando-se a reparar ou substituir, às suas expensas, os itens que apresentarem defeitos durante o período de garantia.

A garantia não exime a CONTRATADA das responsabilidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Código de Defesa do Consumidor, quando aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA– FORMA DE PAGAMENTO:

8.1. O pagamento será efetuado pelo Município de Pinhal Grande em até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo do objeto e apresentação da nota fiscal.

8.2. No valor a ser pago já está incluído todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhista, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.3. Na nota fiscal/fatura emitida pela empresa deverá conter em local de fácil visualização a indicação do número deste contrato e número do empenho.

CLÁUSULA NONA– DA SUBCONTRATAÇÃO:

9.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA– DO REAJUSTE:

10.1. Os valores contratados poderão ser reajustados anualmente, após o prazo mínimo de 12 (doze) meses de vigência do contrato, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou por outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

11.1. A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas nos termos da Portaria nº 488/2026.

11.2. A gestão do contrato ficará a cargo do servidor Carlos Augusto Silveira e a fiscalização sob responsabilidade do servidor Valdir Machado de Mello.

11.3. A execução contratual também será acompanhada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, sob responsabilidade do Secretário Municipal Giovano Bertoldo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL:

12.1. A CONTRATADA ficará responsável, civilmente, por qualquer dano que seus agentes ou empregados venham a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, no desempenho de suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

13.1. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice IPCA/IBGE do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

14.1. São obrigações do CONTRATANTE:

14.2. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido no termo de referência.

14.3. Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

14.4. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

14.5. Designar servidor pertencente ao quadro para ser responsável pelo acompanhamento e

fiscalização da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. São obrigações da CONTRATADA:

15.2. Fornecer os materiais em conformidade com as especificações, quantidades e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

15.3. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

15.4. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação direta, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

15.5. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

15.6. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

15.7. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.

15.8. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

15.9. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

16.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

16.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo **CONTRATANTE** ou solicitado pela **CONTRATADA**.

16.3. A comprovação dar-se-á mediante apresentação de nota fiscal contendo os valores antigos e notas fiscais contendo o novo valor e devem ser acompanhadas por pedido formal, devidamente assinado e datado, contendo o número da dispensa, o item solicitado, preços e percentuais requeridos.

16.4. Sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o **CONTRATANTE** responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo

correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

16.5. Dentro do prazo previsto no item 16.4 o **CONTRATANTE** poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a **CONTRATADA** ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO:

17.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Art. 137 da Lei n° 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os Art. 138 e 139 da mesma Lei.

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.

17.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131, caput, da Lei n° 14.133, de 2021).

17.5. O contrato será extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei n° 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PENALIDADES:

18.1. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada, esta estará sujeita às penalidades previstas na legislação vigente, incluindo multas, rescisão contratual e demais sanções cabíveis, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO:

19.1. As partes elegem o foro da Comarca de Júlio de Castilhos/RS para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Pinhal Grande/RS, 02 de setembro de 2026.

Lucas Michelon
Prefeito de Pinhal Grande/RS

MARCOS ANTONIO MARION
CNPJ N° 95.106.381/0001-02